

A DIVULGAÇÃO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES E SUA RELAÇÃO COM A SUAVIZAÇÃO DE RESULTADO

THE DISCLOSURE OF OTHER COMPREHENSIVE RESULTS AND ITS RELATION TO THE INCOME SMOOTHING OF RESULTS

Enéias Pereira Fernandes¹

Antonio Lopo Martinez²

Sérgio Augusto Pereira Bastos³

RESUMO

O objetivo deste trabalho é investigar se existe uma relação de Outros Resultados Abrangentes (ORA) com a suavização de resultado das empresas de capital aberto listadas na B3. Foi utilizada uma amostra com 268 empresas, no período de 2012 a 2016. Para categorização das empresas em suavizadoras e não suavizadoras foi empregada a métrica de Eckel (1981). Realizou-se uma regressão logística com dados em painel para verificar a existência de relação entre a suavização de resultados e ORA. O resultado mostrou significância para as variáveis Fluxo de Caixa Operacional (FCO) e Retorno sobre os Ativos (ROA), sugerindo assim, que essas variáveis se relacionam com a suavização de resultados. As *Dummy* setoriais de Energia e Siderurgia também se mostraram significativas. Nas variáveis ORA, ORA módulo e *Dummy* ORA, os resultados apresentaram significância para a variável *HighORA*, sugerindo evidência de suavização de resultados nas empresas com valores de ORA mais altos. As demais variáveis não apresentaram resultados significativos.

Palavras chaves: Outros resultados abrangentes. Suavização de resultados. Relação com suavização.

ABSTRACT

The objective of this work is to investigate if there is a relation of Other Comprehensive Results (OCR) with the smoothing of results of the open capital companies listed in B3. It was used a sample of 268 companies in the period between 2012 and 2016. For the categorization of the companies in smoothing and non-smoothing was used Eckel's metric (1981). A logistic regression with panel data was performed to verify the existence of a relationship between results smoothing and OCR. The result showed significance for the variables Operational Cash Flow (OCF) and Return on Assets (ROA), suggesting those variables are related to smoothing of results. Dummy variables to Energy and Steel industries.

¹ Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE Business School)
e-mail: eneias.fernandes@uol.com.br

² Universidade de Coimbra, Doutorando na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Portugal
e-mail: antoniolopomartinez@gmail.com

³ Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE Business School)
e-mail: sbastos@fucape.br

Some variables - OCR, OCR module and Dummy OCR – showed significance for the variable HighOCR, suggesting evidence of smoothing of results in companies with higher OCR values. The responses from the other variables presented non-significant results.

Keywords: Other comprehensive results. Income smoothing. Relation with smoothing.

1 Introdução

Pesquisas, estudos e discussões sobre a qualidade da informação contábil têm sido feitos tanto pela academia quanto no meio profissional. Tais estudos abordam várias questões, como a qualidade dos lucros e sua relevância quando usados como agentes de informação para investidores, credores, acionistas, fornecedores e gestores (LYRA; MOREIRA, 2011. MARTINEZ, 2013).

Notadamente, estudos têm sido empreendidos com o propósito de investigar o conteúdo informacional das demonstrações contábeis. Uma dessas pesquisas foi realizada por Lin e Rong (2012), com o objetivo de averiguar se, com a divulgação de Outros Resultados Abrangentes (ORA), houve colaboração efetiva por parte das empresas com o aumento da transparência nas suas informações e se, de fato, ocorreu redução no gerenciamento do resultado. Os resultados por eles encontrados revelam que a divulgação de Outros Resultados Abrangentes (ORA) apresenta uma relação negativa com o gerenciamento de resultado, ou seja, os ORA podem reduzir o gerenciamento de resultados e, conseqüentemente, gerar informações relevantes e sem viés (LIN; RONG, 2012).

Cogitando que a qualidade do lucro tem relação com o sistema informacional e com o sistema contábil da entidade, a suavização de resultado pode ser entendida como uma dimensão da qualidade do lucro (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010). Segundo as autoras, a suavização de resultados pode ser vista como uma propriedade do lucro gerado por um sistema contábil baseado em *accruals* (regime de competência) que, supostamente, melhora a utilidade do lucro na tomada de decisão (DECHOW; GE; SCHRAND, 2010).

Quando os acionistas majoritários participam da gestão de suas empresas, seja administrando diretamente ou apenas influenciando-as, a assimetria da informação não é a mesma, quando comparada com os acionistas minoritários que não participam diretamente da gestão dos negócios. Para estes, as informações geradas nos relatórios contábeis são de extrema relevância, por ser a maior e talvez a única ferramenta de controle e informação (LYRA; MOREIRA, 2011).

Lyra e Moreira (2011) sugerem que as informações relevantes e de qualidade carregam em seu esboço o debate sobre governança corporativa, em função de suas normas rígidas. Para Vieira, Velasquez e Losekann (2011), essas normas são revestidas de princípios como a ética, valores como a transparência e a observância as leis, manifestam seu senso de justiça e sua imparcialidade e respeito à igualdade de diretos. Com a adoção dos referidos princípios, espera-se que as companhias publiquem demonstrações contábeis mais detalhadas e transparentes, com a finalidade de apresentar informações relevantes, sem distinção das partes interessadas (LYRA; MOREIRA, 2011).

A BM&FBovespa (B3)¹ oferece cinco opções de enquadramento nos segmentos de listagem especiais com a finalidade de incitar a transparência e melhoria das práticas de governança corporativa (BM&FBOVESPA, 2016). Para os autores Lyra e Moreira (2011),

¹ Brasil, Bolsa, Balcão (B3) é o nome da nova razão social da BM&FBOVESPA S.A. resultado da fusão da BM&FBOVESPA com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), em março 2017.

empresas que aderiram a um desses segmentos pressupõem que em suas publicações as informações prestadas sejam mais claras.

No Brasil, em convergência com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), desde 2009, adota-se a Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA) alicerçada no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 10 (b2) (WRUBEL et al., 2016). Portanto, a DRA passou em 2010 a fazer parte do elenco das demonstrações contábeis com exigência de apresentação, o que contribui como fonte de conteúdo informacional (CPC, 2011).

Rahman e Hmadan (2013) inferem que a melhor representação do lucro de uma empresa é o aumento da sua riqueza, mas que o aumento da riqueza pode ter acontecido por diversas razões não relacionadas com as operações fins da companhia e capturadas na DRA, que produz mais informações aos usuários das demonstrações contábeis. Os estudos realizados por Chambers et al. (2007) indicam que o conteúdo informacional gerado pela DRA impõe disciplina sobre os usuários das informações, destacando-se entre eles os gestores e os analistas.

Para Wrubel et al. (2016), um gestor pode fazer escolhas com o intuito de esconder ou atrasar o reconhecimento das consequências de determinadas transações no resultado ou no Patrimônio Líquido (PL) e é possível supor que os ajustes no PL possam ser usados para gerenciar o lucro. Portanto, este estudo tem por objetivo investigar a relação da divulgação dos Outros Resultados Abrangentes (ORA) com a suavização de resultado das empresas de capital aberto listadas na B3, entre os anos de 2012 e 2016.

Espera-se que, com a demonstração da ocorrência de relação ou não de suavização de resultado com ORA, o trabalho desperte interesse por parte dos credores, investidores, acionistas e gestores na qualidade das informações produzidas com a divulgação de ORA na DRA, e sua utilização e influência no momento de tomar decisão.

Justifica-se a pesquisa pelo fato de a DRA registrar o quanto representam os valores dos ajustes feitos no PL que alteram o valor do lucro e qual a sua influência na suavização de resultado. Além disso, a DRA é uma demonstração pouco conhecida no Brasil e há escassez de estudos que verifiquem a relevância das informações contábeis nela inseridas.

Mesmo com a publicação de várias pesquisas relacionadas à suavização de resultado e outras sobre as informações de ORA publicadas na DRA, não foi encontrado nenhum trabalho que abordasse essa relação. Consequentemente, existe uma lacuna a ser preenchida, no que se refere à relação da suavização de resultado e ORA no comportamento das empresas.

A pesquisa abrange empresas de capital aberto listadas na B3, no período de 2012 a 2016, com uma amostra original de 494 empresas. Desse total foram excluídas as instituições financeiras e seguradoras, por possuírem regulamentações legais e contábeis diferentes dos demais ramos que compõem a amostra, e empresas com ausência de informações necessárias para realização dos testes. Após a exclusão, a quantidade foi reduzida para 268 empresas. Inicialmente, foi aplicada a métrica de Eckel (1981) para verificar a ocorrência de suavização e, na sequência, foi aplicado o modelo de regressão logística com dados em painel, que foi desenvolvido para investigar os impactos da relação de suavização de resultados com os outros resultados abrangentes das referidas empresas.

O trabalho está estruturado em cinco partes. Essa primeira traz a contextualização, o objetivo, a motivação e a justificativa para a realização do trabalho. A segunda trata do referencial teórico que fundamenta este estudo. A terceira parte descreve os procedimentos metodológicos adotados. A quarta seção traz a exposição dos resultados encontrados na pesquisa e, por fim, na quinta seção, é exposta a conclusão do trabalho.

2 Referencial Teórico

2.1 Gerenciamento de Resultados

Gerenciamento de resultados tem como característica a alteração intencional dos resultados com a finalidade de atender a motivações particulares, que fogem da realidade do negócio (MARTINEZ, 2001). É fundamental perceber que as normas contábeis oferecem certa discricionariedade em determinados pontos, para que os gerentes façam escolhas diferentes daquilo que é a realidade concreta dos negócios, mas essas operações não são uma fraude contábil. Entretanto, tais escolhas resultam de outros incentivos que levam os gestores a almejar um resultado distinto (MARTINEZ, 2008).

Há várias modalidades de gerenciamento dos resultados, das quais são destacadas três: (i) resultado alvo (*target earnings*), modalidade de gerenciamento para melhorar (aumentar) ou piorar (diminuir) os resultados com propósito de atingir metas estabelecidas; (ii) suavização ou alisamento de resultados (*income smoothing*), que é o gerenciamento para reduzir a variação dos resultados; e (iii) contabilização conservadora (*big bath accounting*), que é o gerenciamento visando redução nos lucros correntes com o objetivo de melhorar (aumentar) os lucros futuros (MARTINEZ, 2008, MARTINEZ, 2013).

2.2 Suavização de Resultados

Suavização de resultados, para Moses (1987), representa esforços dos gestores de forma intencional para reduzir a variabilidade dos resultados contábeis, buscando uma estabilidade nos mesmos. No trabalho realizado por Eckel (1981), ele relata que a suavização de resultado ocorre de dois modos: de forma natural e intencional. A natural reflete a estabilidade nos resultados das operações normais da empresa ligada ao amadurecimento do próprio negócio. Já na suavização intencional tem-se uma subdivisão em real e artificial. A real está relacionada à decisão operacional, enquanto a artificial está baseada em escolhas contábeis relativas ao momento de reconhecimento das receitas e despesas, quando da avaliação dos estoques e também no método de depreciação (ECKEL, 1981).

A análise feita por Castro e Martinez (2009) aponta que a persistência dos lucros pode ser um campo de atuação das empresas para aplicação da suavização de resultados. Para investidores e credores, a variabilidade dos resultados pode ser vista como medida de risco. Assim, segundo esses autores, entidades que apresentam menor variação no lucro tendem a chamar a atenção de mais investidores, bem como a obtenção de empréstimos com custos mais baixos, gerando assim sua utilidade (CASTRO; MARTINEZ, 2009).

2.3 Governança Corporativa

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) traz em seu código o conceito e os princípios da prática de governança corporativa no Brasil. Para o IBGC (2015), tais princípios fortalecem o sistema empresa, colaborando com o relacionamento entre sócios, conselho de administração, diretoria e até mesmo com órgãos de controle e fiscalização. Vale destacar que governança corporativa é conjunto de normas e práticas que regulam a gestão e o poder das entidades, e que a governança procura reduzir problema de interesses divergentes entre as partes envolvidas (ANDRADE; ROSSETTI, 2007). Essas regras são obrigações que vão além daquelas que as companhias têm perante a Lei da Sociedade por Ações (BM&FBOVESPA, 2016)

2.4 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis constituem fonte de divulgação de informações relativas ao patrimônio, às operações financeiras e às informações econômicas de uma empresa, apresentadas de forma estruturada (CPC, 2011). Conforme Zdanowicz (1998), as demonstrações contábeis informam a evolução dos fenômenos patrimoniais que, no fim do

exercício social, relatam toda a sua movimentação e evidenciam o desempenho gerado pela empresa e como a atividade econômica é exercida sobre o patrimônio líquido.

No Brasil, a lista das demonstrações contábeis com obrigatoriedade de elaboração e apresentação está relacionada no item 10 do Pronunciamento Técnico CPC 26. Nesse conjunto completo de demonstrações encontra-se a DRA (CPC, 2011). O Brasil, em convergência com as normas internacionais de contabilidade, as IFRS, desde 2009, adota a DRA com base no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) item 10 (b2) (WRUBEL et al., 2016).

O *International Accounting Standards Board* (IASB) define resultados abrangentes como os itens de receitas e despesas (considerando os ajustes de reclassificação) não reconhecidos no lucro ou prejuízo, conforme admitido por outras normas internacionais de contabilidade, as IFRS (IASB, 2009).

A exclusão, de forma arbitrária, de itens como ganhos e perdas da demonstração de resultado gerou uma preocupação por parte de órgãos reguladores, como o *Financial Accounting Standard Board* (FASB) e o IASB, sobre a necessidade de divulgação do resultado abrangente de itens registrados diretamente no patrimônio líquido (CAHAN et al., 2000). Segundo Silva e Silva (2015), após a implementação da divulgação da DRA, os pesquisadores passaram a investigar o conteúdo informacional de tal demonstração.

2.5 Hipóteses de Pesquisa

Várias pesquisas já foram realizadas com o objetivo de averiguar a relação entre lucro e ORA. Alguns desses estudos não encontraram nenhuma relação, como é o caso dos estudos realizados por Dhaliwal, Subramanyam e Trezevant (1999), que buscavam responder a dois objetivos: (a) se o resultado abrangente ou se o lucro líquido sintetiza um melhor desempenho da empresa pelo reflexo no retorno das ações; e (b) se os componentes do SFAS 130 colaboram para um melhor rendimento das empresas e seu desempenho. A pesquisa não descobriu nenhuma evidência de que o resultado abrangente tem maior poder explicativo do que o lucro líquido, apenas um único componente do SFAS 130 – ajuste de títulos e valores mobiliários, em companhias do setor financeiro apresentou evidência de relação entre resultado e retorno (DHALIWAL; SUBRAMANYAM; TREZEVANT, 1999).

A pesquisa realizada por Newberry (2003), que averiguou os componentes da DRA, resultou em pelo menos duas críticas à posição do IASB. A primeira é que os padrões contábeis deixaram os contadores com liberdade para definirem quais subcomponentes do lucro serão incluídos no resultado abrangente, permitindo a eles maior poder discricionário no momento de propor qual política contábil a ser adotado, o que daria uma maior liberdade ao gerenciamento dos resultados abrangentes; a segunda crítica está relacionada com a possibilidade dos usuários não possuírem habilidades para assimilar relatórios com informações altamente rebuscadas.

Para os pesquisadores que defendem a DRA, como Chambers et al. (2007), ela impõe disciplina sobre os usuários das informações, como os gestores e os analistas. As informações trazidas na DRA passariam a exigir dos gestores a consideração de todos os fatos que afetam o valor da empresa, o que estimularia o gerenciamento de resultado a ser menos atraente.

Já Biddle e Choi (2006) fizeram indagações sobre as vantagens de ORA, analisando 16 definições de renda envolvendo três aplicações: (a) o conteúdo da informação, (b) capacidade de previsão e (c) contrato de remuneração dos executivos. Os resultados indicaram que os outros resultados abrangentes ofertam mais utilidade para as três aplicações e que pode haver proveito relevante em divulgá-los separadamente, o que ratifica a posição do IASB (BIDDLE; CHOI, 2006).

Assim, considerando as descobertas encontradas nas pesquisas realizadas que discutem a utilidade de ORA e que o lucro abrangente, relatado em algumas pesquisas,

mostra-se mais extensivo que o lucro líquido por reconhecer outras variações, e que supostamente as empresas possam reconhecer nos ORA uma oportunidade de reduzir a variação do resultado, e que essa manipulação possa apresentar um resultado mais estável, tornando-o mais atraente pelas partes interessadas, formularam-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1 Empresas com resultados abrangentes maiores (em módulo) têm tendência a ser suavizadoras.

H2 Empresas com valores de resultados abrangentes normalmente definidos têm tendência a ser suavizadoras.

H3 Empresas com resultados abrangentes extremados altos (ou baixo) têm tendência a ser suavizadoras.

3 Metodologia de Pesquisa

A pesquisa pode ser classificada como aplicada quanto à utilização dos resultados, em função da ênfase no fenômeno da suavização de resultados por meio de escolhas contábeis. Com relação ao objetivo, a pesquisa é descritiva, por analisar o relacionamento da suavização de resultados com os resultados abrangentes. A pesquisa se reveste de características quantitativas, quanto à abordagem do problema, já que se utilizou de técnicas estatísticas no tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2009).

3.1 Seleção da Amostra e Fonte de Dados

O rol das empresas alvo desta pesquisa foi constituída pelas empresas de capital aberto listadas na B3. Da amostra foram excluídas as instituições financeiras e seguradoras em razão de suas demonstrações e práticas contábeis serem muito diferentes dos demais segmentos de negócios. Também foram excluídas empresas com ausência de informações, evitando assim distorções indesejadas no resultado da pesquisa.

O período utilizado para o levantamento dos dados da pesquisa foi entre os anos de 2012 e 2016. Essa delimitação do período de tempo deve-se à metodologia de cálculo de suavização de resultado, feita uma média de dados de anos anteriores, no caso dessa pesquisa considerou a média de cinco anos. Definiu-se, ainda, por esse período pelo fato da obrigatoriedade da publicação da DRA, que para as empresas brasileiras ocorreu a partir de 2010. As demais variáveis na regressão foram apuradas entre 2012 e 2016. Durante o levantamento dos dados foi constatado que não houve nenhuma divulgação de ORA anterior a 2010, mesmo que de forma voluntária.

O universo da pesquisa originalmente constitui-se das empresas de capital aberto listadas na B3, totalizando 494 empresas. Após a exclusão da amostra as instituições do setor financeiro e de seguros a quantidade foi reduzida para 355 empresas. Também foram excluídas da amostra empresas com ausência de informações necessárias para realização dos testes, o que resultou em 268 empresas.

As variáveis dependente, independentes e de controle foram coletadas no *software* Economática®, com realização de filtros para segregar os dados de forma intencional, conforme procedimento de Richardson (1999). Também foram coletados dados no *site* da B3, através do formulário de referência no relatório financeiro do segmento de listagem.

3.2 Equações e Variáveis do Estudo

Para alcançar o objetivo proposto foram desenvolvidas e aplicadas três equações como alteração apenas na variável ORA que é a variável independente ou explicativa, também chamada de observável. As três equações são apresentadas a seguir:

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ORAMOD_{it} + \beta_2 DummyGC_{it} + \beta_3 DummyBIG4_{it} + \beta_4 DummyContrFam_{it} + \beta_5 Ln_Tam_{it} + \beta_6 AlavFin_{it} + \beta_7 ROA_{it} + \beta_8 FCO_{it} + \beta_9 Energ_{it} + \beta_{10} Constr_{it} + \beta_{11} Têx_{it} + \beta_{12} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 ORA_{it} + \beta_2 DummyGC_{it} + \beta_3 DummyBIG4_{it} + \beta_4 DummyContrFam_{it} + \beta_5 Ln_Tam_{it} + \beta_6 AlavFin_{it} + \beta_7 ROA_{it} + \beta_8 FCO_{it} + \beta_9 Energ_{it} + \beta_{10} Constr_{it} + \beta_{11} Têx_{it} + \beta_{12} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$IA_{it} = \beta_0 + \beta_1 DummyHighORA_{it} + \beta_2 DummyLowORA_{it} + \beta_3 DummyGC_{it} + \beta_4 DummyBIG4_{it} + \beta_5 DummyContrFam_{it} + \beta_6 Ln_Tam_{it} + \beta_7 AlavFin_{it} + \beta_8 ROA_{it} + \beta_9 FCO_{it} + \beta_{10} Energ_{it} + \beta_{11} Constr_{it} + \beta_{12} Têx_{it} + \beta_{13} Sidert + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

Onde:

IA_{it} – Variável dependente de alisamento de resultado mensurado por variação percentual do Lucro Líquido dividida por variação percentual das vendas;

β_0 – Intercepto da regressão;

$\beta_1 ORAMOD_{it}$ – Variável independente é o ajuste de avaliação patrimonial (PL) do ano t menos o ano t-1 dividido pelo ativo total em módulo, para a primeira equação;

$\beta_1 ORA_{it}$ – Variável independente é o ajuste de avaliação patrimonial (PL) do ano t menos o ano t-1 dividido pelo ativo total para valores normalmente definidos, para segunda equação;

$\beta_1 DummyHighORA_{it}$ – Variável independente *dummy highORA* para o quarto quartil, na terceira equação;

$\beta_2 DummyLowORA_{it}$ – Variável independente *dummy LowORA* para o primeiro quartil, na terceira equação;

$\beta_2 DummyGC_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) para pertencente a um segmento de governança corporativa e *dummy* 0 (zero) para não pertencente;

$\beta_3 DummyBIG4_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa foi auditada por uma *Big Four*, *dummy* 0 (zero) para empresas não auditada por *Big Four*;

$\beta_4 DummyContrFam_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) para empresa controlada por familiar *dummy* 0 (zero) para empresa não controlada por familiar;

$\beta_5 Ln_Tam_{it}$ – Variável de controle para o tamanho da empresa i no ano t, medido pelo logaritmo do ativo total;

$\beta_6 AlavFin_{it}$ – Variável de controle para alavancagem financeira da empresa i no ano t, medida por dívidas de curto e longo dividido pelo patrimônio líquido;

$\beta_7 ROA_{it}$ – Variável de controle para retorno sobre ativos da empresa i no ano t, medida pelo lucro antes dos impostos dividido pelo ativo total;

$\beta_8 FCO_{it}$ – Variável de controle fluxo de caixa operacional da empresa i no ano t, medida pelo fluxo de caixa operacional dividido pelo ativo total;

$\beta_9 Energ_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de energia, *dummy* 0 (zero) para empresa que não pertence;

$\beta_{10} Constr_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de construção, *dummy* 0 (zero) se não pertence;

$\beta_{11} Têx_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor têxtil, *dummy* 0 (zero) para empresas que não pertence;

$\beta_{12} Sider_{it}$ – Variável de controle com *dummy* 1(um) se a empresa pertence ao setor de siderurgia, *dummy* 0 (zero) para empresas não pertencente;

ε_{it} – Termo de erro.

Todas as variáveis de controle relacionadas anteriormente foram utilizadas nas equações 1 e 2, sem nenhuma alteração.

Com a inclusão de uma variável independente a mais na terceira equação, as variáveis de controle tiveram seus números *betas* alterados: β_3 para *Dummy* de GC, β_4 para *Dummy* de BIG4, β_5 para *Dummy* de Controle Familiar, β_6 para variáveis tamanho, β_7 para Alavancagem financeira, β_8 para ROA, β_9 para FCO, β_{10} para *Dummy* do Setor Energia, β_{11} para *Dummy* do setor Construção, β_{12} para *Dummy* setor do Têxtil e β_{13} para *Dummy* do setor Siderurgia.

3.3 Métrica e Literatura das Variáveis

3.3.1 Métrica de Suavização

A métrica usada para segregar as empresas em suavizadoras e não suavizadoras de resultados foi o modelo desenvolvido por Eckel (1981), no qual as empresas que apresentam índice de alisamento menor que 1 (um) são suavizadoras e as que apresentam índice de alisamento maior que 1 (um), não são suavizadoras. (MARTINEZ; CASTRO, 2011; ALMEIDA et al., 2012; KONRAHT; SOUTES; ALENCAR, 2016).

Importantes trabalhos foram publicados nos últimos vinte e oito anos utilizando o modelo de Eckel, como os realizados por Lyra e Moreira (2011), Castro e Martinez (2009), Bao e Bao (2004), Michelson, Jordan-Wagner e Wootton (2000), Booth, Kallunki e Martikainen (1996), Ashari et al. (1994) e Albrecht e Richardson (1990). Conforme aplicado por Castro e Martinez (2009), na pesquisa foi usado o modelo modificado com a finalidade de reduzir erros de classificação, em sintonia com a metodologia de Chalayer-Rouchon (1994) em que são excluídas as empresas que apresentam Índice de Suavização (IS), também denominado Índice de Alisamento (IA), entre 0,90 e 1,10 como área cinzenta, ou seja, empresas que possuem índice não conclusivo (MARTINEZ; CASTRO, 2011; CHALAYER-ROUCHON, 1994), resultando em:

$$A = 0,90 \leq \left[\frac{CVA\%LucroLíquido}{CVA\%Vendas} \right] \leq 1,10 \quad (4)$$

Alisamento $\leq$ | área cinza | $\leq$ *Sem alisamento*

3.3.2 Literatura Suporte das Variáveis

A literatura que suporta a utilização da variável dependente que foi usada na pesquisa, é a de Eckel (1981) para o Índice de Alisamento que é a *proxy* de alisamento ou suavização de resultado (PINHEIRO; MACEDO; VILAMAIOR, 2012; MARTINEZ; CASTRO, 2011).

A literatura que sustenta a variável independente e as de controle, que foram usadas na pesquisa, são: para a variável ORA, Lyra e Moreira (2011) e Vieira, Velasquez e Losekann (2011); para variável Governança Corporativa, Becker et al. (1998) e Bartov, Gul, Tsui (2001); para variável *Big Four*, Habib (2005), Siregar e Utama (2008) e Velury (2003); para a variável Controle Familiar, Ashari et. al (1994), Habib (2005), Mendes e Rodrigues (2006) e Carlson e Bathala (1997); para a variável Tamanho, as pesquisas de Coelho e Lopes (2007), Defond e Park (1997), Klann (2011) e Lin e Rong (2012); para a variável Alavancagem Financeira, as pesquisas de Ashari et. al (1994) e Carlson e Bathala (1997); para a variável ROA, as pesquisas de Paulo e Leme (2009), Klann (2011) e Lin e Rong (2012); para a variável Fluxo de Caixa Operacional, as pesquisas Ashari et. al (1994); e Mendes e Rodrigues (2006) para as variáveis Setor Energia, Construção, Têxtil e Siderurgia.

3.4 Cálculo do Índice de Alisamento (IA)

O índice de alisamento é a razão entre o coeficiente de variação do lucro líquido dividido pelo coeficiente de variação da receita bruta de cada uma das empresas avaliadas no estudo. O coeficiente de variação é a razão do desvio padrão pela média. O procedimento de cálculo explicado a seguir foi repetido para cinco diferentes períodos: 2008 a 2012 – para o IA 2012; 2009 a 2013 – para o IA 2013; 2010 a 2014 – para o IA 2014; 2011 a 2015 – para o IA 2015 e o último entre 2012 a 2016 – para o IA de 2016. Cada empresa possui seu índice de alisamento, portanto as descrições abaixo são realizadas para todas as empresas.

No primeiro passo é realizado o cálculo da média aritmética e desvio padrão do período em questão, tanto da variável lucro líquido quanto da variável receita bruta. O cálculo tem como resultado o Coeficiente de Variação (CV), que é a razão entre o desvio padrão e a média, tanto do lucro líquido quanto da receita bruta. Como resultado da razão desses dois coeficientes, chega-se ao IA.

Com o índice IA calculado, as empresas são classificadas como alisadoras e não alisadoras. Se o índice obteve valores menores ou iguais a 0,90, as empresas são consideradas alisadora. Já as empresas com valores maiores ou iguais a 1,10 são consideradas não alisadoras. As empresas que apresentarem índices acima de 0,90 e abaixo de 1,10 não têm seu índice validado, intervalo conhecido como área cinzenta, ou seja, empresas que possuem índice não conclusivo (CASTRO; MARTINEZ, 2009). Tais empresas não são consideradas no teste de regressão.

Para este estudo são consideradas como empresas alisadoras aquelas que apresentaram esse comportamento e mantiveram-no do início até o fim do período pesquisado. As demais podem ter sido alisadoras em algum momento, mas não mantiveram a classificação. Esse critério justifica-se por ser mais preciso e categórico na afirmação de um comportamento alisador, afastando a possibilidade de possível questionamento das partes interessadas nos resultados apresentados.

4 Resultado da Pesquisa

4.1 Distribuição e Estatística Descritiva

Na Tabela 1 encontra-se a distribuição das 268 empresas que apresentaram as informações completas para calcular o índice de alisamento. Desse universo, 49 empresas foram classificadas como alisadoras e 219 empresas foram classificadas como não alisadoras. Enquanto isso, na Tabela 2 é apresentada a estatística descritiva das variáveis contínuas utilizadas no trabalho, para as duas classes.

Tabela 1 – Distribuição da variável dependente

Classificação	n	%
Alisadoras	49	18,3%
Não alisadoras	219	81,7%
Total	268	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2 – Estatística descritiva das variáveis contínuas

Variável	Grupo	N	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ORA	Não alisadoras	215	0,0053	0,024	0	0,3637
	Alisadoras	44	0,0031	0,014	0	0,12
TAM	Não alisadoras	213	6,32	0,78	3	8,5
	Alisadoras	44	6,16	0,81	4,05	7,83

Alavancagem	Não alisadoras	213	-0,0887	3,1735	-100,1104	7,4108
Financeira	Alisadoras	44	0,6	1,156	-7,5484	11,6624
FCO	Não alisadoras	213	0,076	0,107	-0,744	1,06
	Alisadoras	44	0,075	3,4	-29,74	34,02
ROA	Não alisadoras	213	0,00795	0,1942	-2,266	2,2173
	Alisadoras	44	0,0635	6,0638	-15,839	76,9125

Fonte: Elaborada pelos autores.

Ao observar a Tabela 2 pode-se destacar que as empresa alisadoras apresentam uma média de ORA de 0,0031 e as empresas não alisadoras uma média de 0,0053. Para a variável tamanho (TAM) os resultados apresentam que, em média, as empresas alisadoras são menores que as não alisadoras, o mesmo acontece com a variável Fluxo de Caixa Operacional (FCO).

Para as variáveis Alavancagem Financeira (ALavFin), as empresas não alisadoras possuem uma média negativa enquanto que as alisadoras possuem uma média positiva. Observa-se ainda, nos resultados de Alavancagem Financeira e Retorno sobre os Ativos (ROA), um comportamento diferente das variáveis ORA, TAM e FCO, ou seja, empresas alisadoras apresentam valores médios maiores que as empresas não alisadoras.

A estatística descritiva das variáveis binárias é demonstrada na Tabela 3. Dessas variáveis dicotômicas apresentadas, apenas Governança Corporativa (GC) e empresas auditadas por *Big Four* (BIG4) mudam ao longo dos modelos. As demais se repetem, pois não são coletadas a cada ano em função da sua característica.

Tabela 3 – Distribuição percentual das variáveis binárias

Variável	Grupo	Sim		Não		Total
		n	%	n	%	
GC	Não alisadoras	79	36,1	140	63,9	219
	Alisadoras	6	12,2	43	87,8	49
BIG4	Não alisadoras	129	58,9	90	41,1	219
	Alisadoras	19	38,8	30	61,2	49
Controle	Não alisadoras	73	33,3	146	66,7	219
Familiar	Alisadoras	6	12,2	43	87,8	49
Dummy	Não alisadoras	38	17,4	181	82,6	219
Energia	Alisadoras	14	28,6	35	71,4	49
Dummy	Não alisadoras	25	11,4	194	88,6	219
Construção	Alisadoras	2	4,1	47	95,9	49
Dummy	Não alisadoras	11	5	208	95	219
Têxtil	Alisadoras	2	4	47	96	49
Dummy	Não alisadoras	5	2,3	214	97,7	219
Siderurgia	Alisadoras	2	4	47	96	49

Fonte: Elaborada pelos autores

Na estatística descritiva das variáveis binárias, destaca-se que 87,8% das empresas alisadoras não fazem parte de nenhum segmento de governança corporativa, enquanto que 63,9% das empresas não alisadoras não fazem parte de nenhum segmento de governança. Outra observação relevante apresentada diz respeito às empresas auditadas por BIG4, em que 38,8% alisam seus resultados, ao passo que, das 129 empresas não alisadoras, 41,1% não são

auditadas por *Big Four*. Quanto a controle familiar nas empresas, 12,2% apresentam comportamento alisador e 33,3% não são alisadoras.

Quanto às variáveis *dummy* para setor, apenas o setor de energia elétrica chama a atenção, contando com 28,6% das empresas alisadoras. Os setores construção, têxtil e siderurgia apresentam um número reduzido de empresas classificadas como alisadoras, apenas duas em cada setor, um percentual médio de 4%, o que causa a impossibilidade de realizar uma análise mais detalhada.

4.2 Regressão Logística

Em suas pesquisas Ashari et al. (1994) afirmam que vários métodos estatísticos podem ser empregados para sondar a ocorrência do alisamento de resultado. Para os autores, o modelo logístico apresenta-se como o mais adequado, por ser o alisamento uma variável binária, que envolve a escolha entre duas alternativas (ASHARI et al., 1994). A Regressão Logística é utilizada quando a variável dependente (resposta) é do tipo dicotômica. A variável dependente em questão – Índice de Alisamento – é classificada em não alisadora (0) e alisadora (1). Com isso, toda resposta dada tem como base a razão de chances de uma empresa ser alisadora.

Os modelos apresentados foram gerados para os períodos de cinco anos acumulados: 2012 (referente ao período de 2008 a 2012), 2013 (referente ao período de 2009 a 2013), 2014 (referente ao período de 2010 a 2014), 2015 (referente ao período de 2011 a 2015) e 2016 (referente ao período de 2012 a 2016). Com esses períodos definidos foi calculado o IA e para a regressão logística com dados em painel.

Para observação dos dados pelo menos três tipos de modelo podem ser usados, quais sejam: dados em série temporal, dados de corte ou dados em painel. Para realização dessa pesquisa foram utilizados dados em painel por serem considerados mais apropriados, por se tratar de dados de diversas empresas, e pelo fato de que seus dados estão dispostos em um determinado período de tempo. O modelo foi gerado usando a técnica de análise de painel entre os anos de 2012 a 2016.

O nível de significância utilizado é de 5% e esse é comparado com o valor de p (sig) de cada variável que informa se ela contribui ou não para o modelo. O ajuste é avaliado pelo teste de Hosmer e Lemeshow ($p > 0,05$). O teste de Hosmer e Lemeshow tem a finalidade de avaliar a validade preditiva do modelo de regressão logística (HOSMER; LEMESHOW, 1989). Os testes realizados indicaram que o modelo é significativo ($p > 0,05$), portanto as inferências feitas a partir dele tem validade.

O resultado da regressão logística está apresentado na tabela 4 como parte complementar para análise sobre as variáveis da pesquisa a partir dos dados disponibilizados pelo o *StataMP* versão 13. Essa pesquisa investiga a relação de um conjunto de variáveis sobre a variável alisamento, nas 268 empresas da amostra e a tabela 4 sintetiza os resultados encontrados.

Tabela 4 – Modelo de regressão logística para o índice de alisamento

Variável	ORA Módulo		ORA		ORA Dummy	
	OR	Prob.	OR	Prob.	OR	Prob.
C	0,62	0.3799	0,64	0.4203	0,8	0.6856
ORA_MÓDULO	0,08	0.4458	-	-	-	-
ORA	-	-	7,94	0.5180	-	-
HighORA	-	-	-	-	1,5	0.0717*
LowORA	-	-	-	-	1,12	0.5839
GC	0,96	0.8028	0,96	0.7866	0,95	0.7496
BIG4	1,19	0.2580	1,18	0.2777	1,18	0.2788
CONTROLE_FAMILIAR	0,93	0.6250	0,92	0.5769	0,92	0.5881

TAM	1,08	0.4198	1,07	0.4666	1,03	0.7841
ALAFIN	1	0.5033	1	0.5054	1	0.5081
ROA	0,98	0.0000***	0,98	0.0000***	0,98	0.0000***
FCO	1,45	0.0012***	1,45	0.0013***	1,44	0.0015***
DUMMY_ENERGIA	1,82	0.0006***	1,83	0.0006***	1,72	0.0030***
DUMMY_CONSTRUCAO	1,26	0.9116	1,04	0.8426	1,07	0.7280
DUMMY_TEXTIL	1,19	0.5335	1,21	0.4946	1,22	0.4739
DUMMY_SIDERURGIA	3,1	0.0099***	3,1	0.0098***	3,08	0.0105***

Nota: A tabela mostra a razão de chance e o p-valor. Nível de significância de 10% (*), de 5% (**) e de 1% (***).

Fonte: Elaborada pelos autores.

A regressão logística apresenta o resultado de três diferentes modelos. O primeiro é o ORA Módulo que utiliza todos os valores de ORA em módulo (valores positivos), o segundo modelo trata a variável ORA como ela é definida normalmente e o terceiro modelo transforma a variável em duas *dummies*: *HighORA* e *LowORA*. A *HighORA* define com valor 1 os 25% maiores valores apresentados pela variável ORA, aos demais é atribuído o valor 0. A *LowORA* define como valor 1 os 25% menores valores apresentados pela variável ORA e aos demais é atribuído valor 0.

Os coeficientes do modelo indicam que, utilizando 1% de significância, as variáveis FCO (valor p= 0,0012), ROA (valor p = 0,0000), *Dummy* de Energia (valor p = 0,0006 e *Dummy* de Siderurgia (valor p = 0,0099) tem relação com o índice de alisamento das empresas. A razão de chance de 1,45 mostra que um aumento no FCO aumenta em 45% a chance de as empresas serem alisadoras. A razão de chance de 0,98 mostra que um aumento no ROA diminui em 2,0% a chance de as empresas serem alisadoras.

A *Dummy* de energia variou de 1,72 (no modelo ORA *Dummy*) até 1,83 (no modelo ORA). Independente desses números, o fato de ser do setor de energia aumenta entre 72% e 83% a chance de a empresa ser alisadora. A *Dummy* de Siderurgia teve razão de chance entre 3,08 e 3,10, indicando que ser do setor de siderurgia aumenta entre 208% e 210% a chance de a empresa ser alisadora.

Para variável ORA observa-se uma relação diferente daquela esperada na formulação das hipóteses 1 e na hipótese 2. Pode-se verificar que o resultado apresentado não é significativo para essa variável. Já para o resultado encontrado na variável independente *Dummy HighORA*, o ORA mostrou significância a 10%, o que permite inferir que existe uma relação de empresas com valores de ORA mais alto com a suavização de resultado e que é possível sugerir que os gestores das empresas pesquisadas podem usar os outros resultados abrangentes para praticar a suavização em seus resultados. O resultado confirma a hipóteses 3 (H3) de que empresas com resultados abrangentes mais altos tem tendência a ser suavizadoras.

As demais variáveis de controle como a GC, TAM, AlavFin, Big4, Controle Familiar, *Dummy* Construção e *Dummy* Têxtil apresentaram resultados não confirmatórios, portanto na pesquisa não foi encontrado resultado significativo para estas variáveis.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho examinou se existe uma relação entre a divulgação de outros resultados abrangente e a suavização de resultados das empresas de capital aberto listadas na B3. Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa utilizou uma amostra com 268 empresas, no período de 2012 a 2016. Primeiramente, aplicou a métrica de Eckel (1981) para classificar as empresas em suavizadoras e não suavizadoras, considerando os valores menor ou igual a 0,90 como empresas suavizadoras e maior ou igual a 1,10 como empresas não suavizadoras e

excluindo as empresas que apresentaram índices entre 0,90 e 1,10, definido como área cinzenta, para reduzir erro de classificação.

Para confirmar a relação entre suavização e o ORA aplicou-se um modelo de Regressão Logística com dados em painel utilizando o IA (Índice de Alisamento) como variável dependente, os dados de ORA módulo, ORA e *Dummy* ORA como variáveis independente em três equações diferentes, *Dummy* GC, FCO, ROA, AlavFin e Ln_Tam, BIG4, Controle_Familiar, *Dummy* Energia, *Dummy* Construção, *Dummy* Siderurgia e *Dummy* Têxtil como variáveis controle. O modelo Logístico foi escolhido para esse trabalho por incorporar um resultado mais consistente.

Os resultados da regressão logística utilizando ORA módulo e ORA com valores positivos e negativos, também não apresentaram resultados significantes, para esses dois testes apenas as variáveis FCO, ROA e as *Dummy* setoriais de energia e siderurgia apresentaram significância confirmando uma relação entre ORA e suavização de resultado.

Com os resultados encontrados na regressão logística utilizando a variável independente *Dummy HighORA*, ORA mostrou significância a 10% o que permite inferir que existe uma relação de empresas com valores de ORA mais alto com a suavização de resultado e que é possível sugerir que os gestores das empresas pesquisadas usam os outros resultados abrangentes para praticar a suavização em seus resultados, visto que o resultado confirma a hipótese de que empresas com resultados abrangentes mais altos tem a tendência a ser suavizadoras. As variáveis que nos outros dois modelos apresentaram significância mantiveram o mesmo resultado nessa regressão.

Considerando o resultado alcançado, a pesquisa contribuiu para sugerir que os outros resultados abrangentes podem servir de recursos para suavização de resultados, seja pelos gestores ou pelos responsáveis pela elaboração e divulgação dos resultados das empresas, e com base na literatura, essa suavização pode ocorrer de forma natural ou intencional.

Por fim, considerando que a DRA é uma demonstração pouco conhecida e pela constatação de pouco estudo que envolve o tema por parte dos pesquisadores no Brasil sugere-se, portanto, pesquisas averiguando a relação entre ORA e agressividade fiscal, por exemplo. Para esse e outros temas ainda existe uma escassez de estudo. Constata-se também a falta de estudos, no Brasil, que envolvam a utilidade da DRA para investidores, acionistas, credores, gestores e partes interessadas.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, W. D.; RICHARDSON, F. M. Income smoothing by economy sector. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 7, n. 5, p. 713-730, 1990.

ALMEIDA, J. E. F. de; SARLO NETO, A.; BASTIANELLO, R. F.; MONEQUE, E. Z. Alguns aspectos das práticas de suavização de resultados no conservadorismo das companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo: USP, v. 23, n. 58, p. 65-75, 2012.

ANDRADE, A.; ROSSETTI, J. P.. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. 3. ed., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

ASHARI, N. et al. Factors affecting income smoothing among listed companies in Singapore. **Accounting and Business Research**, v. 24, n. 96, p. 291-301, 1994.

BAO, B.; BAO, D. Income Smoothing, Earnings Quality and Firm Valuation. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 31, 2004. Disponível em: RAGC, v.7, n.27, p.106-121/2019

<https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=618313 >. Acesso em: 15 de junho de 2017.

BARTOV, Eli; GUL, Ferdinand A.; TSUI, Judy S.L. Discretionary-accruals models and audit qualifications. **Journal of Accounting and Economics**, v. 30, n. 3, p. 421-452, 2001.

BECKER, C.L.; DEFOND, M.L.; JIAMBALVO, J.; SUBRAMANYAM, K.R. The effect of audit quality on earnings management. **Contemporary Accounting Research**, v. 15, n. 1, p. 1-24, 1998.

BIDDLE, G. C.; CHOI, J. H. Is comprehensive income useful? **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 2, n. 1, p. 1-32, 2006.

BM&FBOVESPA. **Segmento de listagem. 2016.** Disponível em: <www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/sobre-segmentos-de-listagem>. Acesso em: 09 de maio de 2017.

BOOTH, G. G.; KALLUNKI, J. P.; MARTIKAINEN, T. Post-announcement drift and income smoothing: finnish evidence. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 23, n. 8, p. 1197-1211, 1996.

CAHAN, Steven F.; COURTENAY, Stephen M.; GRONEWOLLER, Paul L.; UPTON, David R. Value relevance of mandated comprehensive income disclosures. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 27, n. 9-10, p. 1273-1301, 2000.

CARLSON, Steven J.; BATHALA, Chenchuramaiah T. Ownership differences and firms' income smoothing behavior. **Journal of Business Finance and Accounting**, v. 24, n. 2, p. 179-196, 1997.

CASTRO, M. A. R.; MARTINEZ, A. L. Income Smoothing, Custo de Capital de Terceiros e Estrutura de Capital no Brasil. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 6, p. 25-46, 2009.

CHALAYER-ROUCHON, S. Identification et motivations des pratiques de lissages des entreprises françaises cotées en bourse. **Sciences de l'Homme et Société**. Université Jean Monnet: Saint-Etienne, 1994. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/tel-00522579/>>. Acesso em: 15 de junho de 2017.

CHAMBERS, D.; LINSMEIER, T. J.; SHAKESPEARE, C.; SOUGIANNIS, T. An evaluation of SFAS n.130 comprehensive income disclosures. **Review of Accounting Studies**, v. 12, n. 4, p. 557-593, 2007.

COELHO, A. C. D.; LOPES, A. B. Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. SPE2, p. 121-144, 2007.

CPC, Comitê De Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Contábeis. Aprovado em 02 dez. 2011. Disponível

em:<http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf>.
Acesso em: 09 de maio de 2017.

DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: a review of the proxies, their determinants and their consequences. **Journal of Accounting and Economics**, v. 50, n. 2-3, p. 344-401, 2010.

DEFOND, M.; PARK, C. W. Smoothing income in anticipation of future earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 23, n. 2, p. 115-139, 1997.

DHALIWAL, D.; SUBRAMANYAM, K.R.; TREZEVANT, R. Is comprehensive income superior to net income as a measure of firm performance? **Journal of Accounting and Economics**, v. 26, n. 1-3, p. 43-67, 1999.

ECKEL, N. The income smoothing hypothesis revisited. **Abacus**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 1981.

HABIB, A. Firm-specific determinants of income smoothing in Bangladesh: an empirical evaluation. **Advances in International Accounting**, v. 28, p. 53-71, 2005.

HOSMER, D.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. New York: John Wiley & Sons, 1989.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

IASB, International Accounting Standards Board. **Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs)**: incluindo as normas internacionais de contabilidade (IASs) e as interpretações tal como aprovadas em 1º de Janeiro de 2008. São Paulo: IBRACON, 2009.

KLANN, Roberto Carlos. **Gerenciamento de resultados: análise comparativa de empresas brasileiras e inglesas antes e após a adoção das IFRS**. 2011. 371 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis e Administração) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2011.

KONRAHT, J. M.; SOUTES, D. O.; ALENCAR, R. C. A Relação Entre a Governança Corporativa e o Alisamento de Resultados em Empresas Brasileiras. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 8, n. 1, p. 47-62, 2016.

LIN, W.; RONG, M. Impacts of other comprehensive income disclosure on earnings management. **Nankai Business Review International**, v. 3, n. 1, p. 93-101, 2012.

LYRA, I. X. M.; MOREIRA, R. L. Alisamento de resultados nas empresas listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, v. 3, n. 2, p. 78-93, 2011.

MARTINEZ, A. L. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. 153 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINEZ, A. L.; CASTRO, M. A. R. Bond ratings and income smoothing in Brazil. **Latin American Business Review**, v. 12, n. 2, p. 59-81, 2011.

MARTINEZ, A. L.; CASTRO, M. A. R. The smoothing hypothesis, stock returns and risk in Brazil. **BAR Brazilian Administration Review**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2011.

MARTINEZ, A. L. Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. **Revista de Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 46, p. 7-17, 2008.

MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. **Brazilian Business Review**, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.

MENDES, Claudia A.; RODRIGUES, Lúcia L. Estudo das práticas de *earnings management* nas empresas portuguesas cotadas em bolsa: identificação do alisamento de resultados e seus fatores explicativos. **Revista de Estudos Politécnicos**. v. 4, n. 10, p. 149-171, 2006.

MICHELSON, S. E.; JORDAN-WAGNER, J.; WOOTTON, C. W. The relationship between the smoothing of reported income and risk-adjusted returns. **Journal of Economics and Finance**, v. 24, p. 2, p. 141-159, 2000.

MOSES, O. D. Income smoothing and incentives: empirical tests using accounting changes. **The Accounting Review**, v. 62, n. 2, p. 358-377, 1987.

NEWBERRY, S. Reporting performance: comprehensive income and its components. **Abacus**, v. 39, n. 3, p. 325-339, 2003.

PAULO, E.; LEME, J. R. Gerenciamento de resultados contábeis e o anúncio dos resultados contábeis pelas companhias abertas brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 4, p. 27-43, 2009.

PINHEIRO, L. T.; MACEDO, R. P.; VILAMAIOR, A. G. Lucro líquido versus lucro abrangente: uma análise empírica da volatilidade. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 6-18, 2012.

RAHMAN, A. A.; HAMDAN, M. D. H. How do Malaysia ACE market companies report comprehensive income? **Journal of Business and Management Sciences**, v.1, n. 2, p. 23-31, 2013.

RAUPP, F. M. BEUREN, I. M. Caracterização da Pesquisa em Contabilidade. In. BEUREN, I. M. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. H. C. e S.; SILVA, É. G. R. da S. Análise das Demonstrações de resultado Abrangente após a Implementação do IFRS no Brasil. **Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 13, n. 1, p. 105-131, 2015.

SIREGAR, S. V.; UTAMA, S. Type of earnings management and the effect of ownership structure, firm size, and corporate-governance practices: evidence from Indonesia. **The International Journal of Accounting**, v. 43, n. 1, p. 1-27, 2008.

VELURY, U. The association between auditor industry specialization and earnings management. **Research in Accounting Regulation**, v. 16, p. 171-184, 2003.

VIEIRA, K. M; VELASQUEZ, M. D. P.; LOSEKANN, V. L; CERETTA, S. P. A influência da governança corporativa no desempenho e na estrutura de capital das empresas listadas no N1, N2 e Novo Mercado da Bovespa. **Revista Universo Contábil**, v. 7, n. 1, p. 49-67, 2011.

WRUBEL, F.; MORÁS, V. R.; BRIGHENTI, J.; LEITE, M.; KLANN, R. C. Impactos de outros resultados abrangentes sobre o gerenciamento de resultados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 10, n. 28, p. 3-16, 2016.

ZDANOWICZ, J. E. **Estrutura e análise das demonstrações contábeis**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.